



Pedro Henrique Araújo Santiago*

RESUMO

Esta investigação engloba as dimensões ontológica, epistemológica e linguística da Filosofia, na medida em que a problemática se debruça em responder como a predicação dos nomes permite enunciar a participação das coisas sensíveis nas formas inteligíveis. Para tanto, apresentamos: a descoberta da estrutura proposicional no Ocidente, efetuada por Platão no Sofista; a Teoria dos Dois Mundos, contida no *Fédon* e na *República* e, finalmente, levando em consideração o “argumento sobre as coisas que são e não são” da *República* (V. 476a1-479b10), explicitamos uma breve distinção entre comunhão (koinônia) e participação (methexis), juntamente com os sentidos do verbo grego ser (einai). O resultado parcial desta pesquisa é que mesmo sustentando a ambiguidade do sentido do verbo grego ser, somente é possível atribuir uma mediação predicativa e linguística para o fosso onto-epistemológico entre o inteligível e o sensível a partir da descoberta da estrutura proposicional no Sofista.

Palavras-chave: Predicação dos nomes. Estrutura proposicional. Participação das coisas sensíveis nas formas inteligíveis. Mediação predicativa e linguística. Ambiguidade do sentido do verbo grego ser.

The discovery of propositional structure in the West and the end of Platonic dualism

ABSTRACT

This investigation encompasses the ontological, epistemological and linguistic dimensions of Philosophy, insofar as the problem focuses on answering how the predication of names allows us to enunciate the participation of sensible things in intelligible forms. To this end, we present: the discovery of the propositional structure in the West, made by Plato in the Sophist; the Theory of Two Worlds, contained in the *Phaedo* and the *Republic* and; finally, taking into account the *Republic's* 'argument about things that are and are not' (V. 476a1-479b10), we explain a brief distinction between communion (koinônia) and participation (methexis), together with the meanings of the Greek verb to be (einai) in the Republic (V. 476a1-479b10). The partial result of this research is that, even sustaining the ambiguity in the meaning of the Greek verb to be, it is only possible to attribute a predicative and linguistic mediation to the onto-epistemological gap between the intelligible and the sensible from the discovery of the propositional structure in the Sophist.

Keywords: Predication of names. Propositional structure. Participation of sensible things in intelligible forms. Predicative and linguistic mediation. Meanings of the Greek verb to be.

*Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) na Linha de Pesquisa de Estética e Filosofia da Arte (2020-). Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) (2013-2017). Possui experiência em Filosofia Antiga, com ênfase em Ontologia, Epistemologia e Linguagem. Tem interesse pelo campo de Filosofia e Estética no que tange ao estreitamento entre as Teorias Filosóficas e o Cinema Brasileiro. E-mail: prof.pedrohsantiago@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4597-3629>. Currículo Lattes: <http://lattes.enpq.br/2549783569613444>.

Introdução

Nossa investigação está inserida nas áreas de ontologia, de epistemologia e de linguagem da disciplina filosófica, na medida em que o nosso problema gira em torno de como é possível as formas inteligíveis se referirem às coisas sensíveis. Em outros termos, questiona através de que ferramenta a realidade do pensamento é atribuída à capacidade de captar a multiplicidade das coisas particulares. Essa questão, portanto, é ontológica, por um lado, porque busca relacionar e compreender dois âmbitos da realidade “que são” (as ideias e as coisas sensíveis); por outro lado, é epistemológica, visto que é necessário compreendermos por meio de quais faculdades cognitivas acessamos tais âmbitos. Por fim, a dimensão da linguagem emerge na nossa pesquisa, quando propomos que, no *Sofista*, Platão inaugura uma nova forma de investigação da realidade, apoiando-se na predicação dos nomes como mediação das formas inteligíveis e das realidades concretas das coisas particulares.

Dividimos o desenvolvimento de nossa investigação em três momentos: 1) contextualizamos historicamente a importância do diálogo *Sofista* para o Ocidente, evidenciando sua primazia na descoberta da estrutura proposicional; 2) apresentamos como se encontra difundido o dualismo onto-epistemológico platônico em diálogos como a *República* e o *Fédon*, com a finalidade de indicar que tipo de dualidade a estrutura proposicional busca mediar e 3) analisamos o argumento sobre as coisas que são e não são da *República* (V. 476a1-479b10), com o intento de explicitar a distinção entre os termos comunhão (*koinônia*) e participação (*methexis*), em conjunto com a exposição dos sentidos do verbo grego ser (*einai*). Nesse terceiro ponto, buscamos demonstrar que mesmo defendendo uma posição que assuma apenas um sentido (existencial ou predicativo) ou congregue todos os sentidos do verbo grego ser, a questão que buscamos responder persiste: a partir de que ferramenta linguística é possível enunciar a participação das coisas sensíveis nas formas inteligíveis?

Com essa espécie de mapeamento de nossa exposição, almejamos justificar o valor desse empreendimento. Por mais que a Teoria das Formas de Platão, desde sua formulação em diálogos como o *Fédon* e a *República*, estivesse preocupada com a conceituação não apenas da realidade inteligível, mas da também sensível, resta explicar como esses âmbitos se unem e de que maneira eles são enunciados linguisticamente.

2 A influência do diálogo *Sofista* para o Ocidente

Para Charles Kahn (2018, p. 248-250), a grande conquista que o diálogo *Sofista* trouxe para o Ocidente foi a compreensão do *logos* como estrutura proposicional que se divide em *onoma* (substantivo) e *rhēma* (verbo) (*Sofista*, 262a-e). Segundo o intérprete, a noção de estrutura proposicional não está contida ainda no diálogo *Crátilo*, dado que o filósofo tratava, na obra mencionada, nomes e verbos nos moldes arcaicos, não fazendo distinção entre substantivos e verbos, isto é, tratando-os igualmente numa “(...) relação de um para um entre palavras e o que elas significam” (*ibidem*, p. 148). Nesse sentido, o *logos* estava restrito à nomeação das coisas, visto que *rhēma* (verbo), naquele contexto histórico, era compreendido como um termo usado para referir a qualquer coisa dita de outra: “um ditado, uma frase ou uma expressão” (*ibidem*, p. 149).

Nessa perspectiva, Platão foi o primeiro a cunhar, na literatura ocidental, a estrutura proposicional como hoje a conhecemos, ou seja, como um enunciado que além de identificar *sobre o que se está falando* (sujeito), ele *diz algo sobre o sujeito do enunciado* (predicado). De acordo com Kahn (2018, p. 150), a partir da noção de estrutura proposicional contida no *Sofista*, o filósofo efetuou um grande salto em sua versão canônica das formas, pois conferiu capacidade ao *logos* de juntar uma coisa (*pragma*) a uma ação (*práxis*), por intermédio de um substantivo e de um verbo (*Sofista*, 262e). Posto isso, dentro da estrutura proposicional, o verbo significa uma ação ou um estado do ser, ou seja, o *rhēma* (verbo) cumpre a função de referir uma forma, uma ideia ou até ações cotidianas, que estão no âmbito da *práxis* humana, a um determinado sujeito que, por sua vez, designa um certo agente.

Sendo assim, Charles Kahn abre caminho para interpretarmos Platão, a partir da definição de *logos* enquanto estrutura proposicional, como um pensador que propõe ser somente possível uma interpretação semântica da realidade, isto é, uma compreensão do sentido dos fatos do mundo, a qual leva em consideração os seus agentes (*prattontes*) e suas respectivas ações (*praxeis*), se tivermos em mente a dimensão sintática da estrutura proposicional do *logos*. Tal estrutura expressa e representa linguisticamente a dimensão semântica. Essa chave de leitura proposta pelo intérprete, segundo a qual existe uma relação entre as dimensões semântica e sintática do enunciado, foi o que nos mobilizou em direção à tese de que a predicação

dos nomes possibilita um sujeito individual participar (*metechein*) de uma forma (ex: Teeteto voa; Teeteto está sentado), bem como uma forma participar ou não de outra (ex: “homem” e “voar”).

2.1 Teoria dos dois mundos na República e no Fédon de Platão

Diante da consideração feita no tópico anterior sobre a descoberta da estrutura proposicional, busquemos entender como o dualismo se encontra difundido nos diálogos da *República* e do *Fédon*, a fim de assimilar sobre qual fosso onto-epistemológico a estrutura proposicional funciona como mediação.

Para tanto, é importante rememorarmos o fato de Platão caracterizar a forma ou a ideia como unidade (ex: o belo em si, o bom em si e até formas opostas, como o belo e o feio ou o justo e o injusto) que pode se instanciar na multiplicidade das coisas particulares (*R. V*, 475e-476a). Segundo Ferrari (2014, p. 17-19), essa caracterização abriu margem para compreensão de uma teoria platônica dos dois mundos, pois no fundo o que se está propondo é que a realidade possui dois âmbitos: de um lado, o âmbito inteligível das formas ou das ideias, de outro lado, a realidade das coisas sensíveis, de modo que esta última participa daquela primeira, possibilitando que a unidade da ideia, a qual é atribuída um único nome, manifeste-se na multiplicidade das coisas sensíveis (*R. VI*, 507b; *X*, 596a).

Outro caminho que podemos percorrer para visualizarmos o dualismo onto-epistemológico em Platão é o critério usado para distinguir o filósofo dos amantes de espetáculos. Tal critério é epistemológico, visto que o estado cognitivo destes últimos é designado como Opinião, enquanto a característica distintiva do primeiro é ter acesso ao estado cognitivo do Conhecimento. É possível verificar aqui, e com mais propriedade no próximo parágrafo, que o fosso onto-epistemológico platônico se manifesta na estrutura hierárquica dos estados cognitivos do Conhecimento e da Opinião, na medida em que, de um lado, temos Conhecimento – seja das formas nas suas relações consigo mesmas, seja na relação delas com as coisas sensíveis, quando utilizadas para definir estas últimas. Já, por outro lado, qualquer tentativa de definir a realidade sensível sem o recurso da participação nas formas inteligíveis deve ser reduzida a ao estado cognitivo da Opinião.

Posto isso, abordemos os passos (100a-102b) do *Fédon* de modo a auxiliarmos numa melhor compreensão do que Platão entende por Conhecimento. O filósofo responde ao seu interlocutor Cebes, nessa passagem, que a forma é a causa de suas cópias, isto é, o que é responsável pelas coisas belas, boas e grandes é, respectivamente, a forma do belo, do bem e do grande. Nas palavras de Platão, “se, para justificar a beleza de alguma coisa, alguém me falar da sua cor brilhante, ou da forma, do que quer que seja, deixo tudo o mais de lado, quaisquer outras justificativas só enganam¹” (*Fédon*, 100e). Portanto, o filósofo é aquele que conhece a presença e a causalidade da forma em si na multiplicidade das coisas sensíveis, pois só é possível saber a respeito das denominações das coisas particulares se admitirmos que elas participem das formas (*Fédon*, 102a-b).

É possível observarmos também tal dualismo onto-epistemológico quando Sócrates se refere a dois tipos de percepções: àquelas que convidam “o pensamento à reflexão” e àquelas que não (*R. VII*, 523b-526c). Segundo Platão, “nas muitas coisas belas (justas, piedosas), não haverá um ‘algo’, que aparece feio (injusto e ímpio)?” (*R. V*, 479a6-8). Segundo o filósofo, esse fato acontece porque temos sensações contrárias de uma mesma coisa, dado que muitas são as vezes que lhe damos denominações contrárias (ex: duro e mole; dupla e metade; leve e pesada, grande e pequena) (*R. V*, 479b6-7).

Platão argumenta que isso ocorre em virtude de formas opostas estabelecerem comunhão “com corpos e ações e umas com as outras” (*R. V*, 476a). Nesse sentido, as percepções se mostram incapazes de perceber o que captam como uma sensação participando separadamente de duas formas contrárias. Desse modo, os pares de opostos são captados por um único sentido e confundidos pela percepção. Entretanto, na interpretação de Santos (2020, p. 8), para desfazer essa confusão produzida pelos sentidos, a inteligência precisa postular que formas contrárias estabelecem comunhão nas suas instâncias, isto é, cabe ao “entendimento — ao contrário da vista — ver grandeza e pequenez não confundidas, mas separadas²” (*R. VII*, 524c).

¹ Seguimos a tradução de Schiappa de Azevedo, na qual introduzimos algumas modificações.

² Para ilustrar como uma coisa sensível pode receber denominações opostas, rememoremos a passagem do *Fédon* (102b), na qual Símiias pode participar da forma grandeza e da pequenez, dependendo de qual altura a sua é comparada. Se for com a de Sócrates, ele participa da grandeza, entretanto, se for com a de Fédon, ele participa da pequenez. Nesse caso, a inteligência captaria separadamente a participação de Símiias com cada uma das formas contrárias, quando comparada sua

Diante do exposto, percebamos que Platão se refere mais uma vez a uma relação entre as esferas do inteligível e do sensível, dado que sustenta que a inteligência intervém nas sensações contrárias que temos de uma mesma coisa, evidenciando que tal relação ocorre porque formas contrárias estabelecem comunhão nas coisas sensíveis. Todavia, uma teoria da predicatividade que explicitamente verbalmente a comunhão de formas contrárias em instâncias sensíveis emerge apenas com a descoberta da estrutura proposicional no *Sofista* (262a-e).

2.2 Os sentidos de *einai* no argumento sobre as “coisas que são e não são” (R. V476a1-479b10)

De acordo com Santos (2020, p. 2), é necessário sermos mais cuidadosos com a distinção entre “comunhão” (*koinônia*: R. V, 476a8) e “participação” (*methexis*: 478d1-3) estabelecida por Platão no argumento sobre as “coisas que são e não são” (R. V, 476a1-479b10)³. Enquanto a segunda pode dizer respeito à multiplicidade das coisas que participam nas formas inteligíveis, a primeira pode se referir à comunhão das formas opostas em suas instâncias sensíveis. Em outros termos, a *methexis*, por um lado, ocorre quando a multiplicidade das coisas belas, justas ou piedosas, por exemplo, participam respectivamente nas formas do belo, do justo e da piedade. Por outro lado, a *koinônia* acontece no instante em que formas opostas, como o belo e o feio, o justo e o injusto e o piedoso e o ímpio estabelecem comunhão nas suas instâncias sensíveis.

Enfoquemos no segundo caso, pois é a comunhão (*koinônia*) de cada par de formas contrárias (F/~F) nas instâncias sensíveis que explica como os conteúdos das Opiniões podem ser coisas que “são e não são F”. Nessa perspectiva, tal comunhão justifica como muitas coisas belas (justas e piedosas) podem ser também feias (injustas e ímpias) (*Fédon*, 102a-103e; R. V, 479 a5-8). Segundo Fine (1999, p. 217-225), a Opinião emerge como outro que difere dos contrários excludentes Conhecimento (“que é” e “é cognoscível”) e Ignorância (“que não é” e “é

altura com as dos demais, desfazendo a confusão dos sentidos que percebem a co-presença dos contrários numa coisa sensível.

³ Enfatizamos que tal distinção está centrada apenas na passagem mencionada do livro V da *República*, não se tratando, assim, de uma análise que leva em consideração todas as ocorrências de *methexis* e *koinonía* nos diálogos de Platão.

incognoscível”), que apesar de acumularem as leituras existencial e veritativa, a sua compreensão é predominantemente predicativa. A opinião se refere a coisas que são e não são [determinado predicado], e tal predicado expressa formas contrárias, que aparecem combinadas com corpos e ações (R. V, 479a6-7).

A prevalência da predicação, assinalado por Gail Fine (1999, p. 217-225), é retirada da leitura que Platão faz do argumento de Parmênides, o qual se encontra num contexto antepredicativo – visto que, como não há sujeito explícito no *Poema*, é possível não ler as disjunções “é”/“não é” como cópulas que ligam sujeitos a objetos implícitos, mas como nomes que indicam qual caminho “é cognoscível” e qual “não é”. Conforme Santos (2020, p. 8), a leitura tradicional que o filósofo faz de B2 é predominantemente predicativa/existencial, porque leva em consideração um sujeito cognoscente que conhece o “que é”, ou seja, que tem como objeto formal algo que tem como predicado o “que é absolutamente cognoscível” (R. V, 476e7-11). Desse modo, os diferentes conteúdos das competências cognitivas se diferenciam entre si de acordo com a maneira que se relacionam com os predicados responsáveis por suas definições. (ex: conhecimento é *ser absolutamente cognoscível*; ignorância é *não ser cognoscível* ou *ser incognoscível*; e a *opinião é ser e não-ser um determinado predicado*).

Nas palavras de Ferrari (2014, p. 29), “a diferença entre conhecimento e opinião não reside nos objetos aos quais os dois estados cognitivos (conhecimento e opinião) se dirigem, mas no tipo de asserções que são capazes de gerar”. Nesse sentido, a condição necessária para a perfeita cognoscibilidade de um dado objeto é ele *ser absolutamente um determinado predicado ou ser e não ser determinado predicado*. Por essa razão, evidencia Fine (1999, p. 217-225) que a opinião também, tal qual a competência cognitiva do conhecimento, é compreendida predicativamente, ou seja, o “sujeito que opina” tem como objeto algo que “é”/ “não-é” certo predicado. Isto é, as competências cognitivas (conhecimento e opinião), além de se aplicarem em objetos específicos, referem-se aos conteúdos proposicionais deles. Nesse sentido, Ferrari (2014, p. 27-28) sustenta que:

Platão estabelece então uma nítida distinção ontológica entre as realidades que incorporam perfeitamente o predicado a elas atribuído e que são absolutamente aquele predicado, e realidades que são e não são o caráter a elas adscrito. Trata-se da diferença entre o ser identitário ou existencial (em

si é F) e o ser participativo (a é F à medida que participa de F). No primeiro caso o sujeito, que é uma ideia, constitui a única realidade à qual o predicado F se adapta de modo perfeito; no segundo, o sujeito, que pode ser um particular como uma ideia, possui por participação aquele predicado, sem identificar-se com ele.

Entretanto, contra a argumentação de Fine (1999) e Ferrari (2014), Fronterotta (2014, p. 42) diz que defender o sentido predicativo de *einai* no argumento sobre as “coisas que são e não são” (*R. V*, 476a1-479b10) é fazer “como quer grande parte da epistemologia contemporânea, hostil a todo pressuposto metafísico”, segundo a qual o que “(...) conhecemos propriamente não são *objetos* existentes fora de nós, mas sim *proposições* que formulamos acerca de certos objetos”. O comentador (FRONTEROTTA, 2014, p. 37-62) contrapõe-se à interpretação proposicional, fundamentando-se numa leitura mais tradicional, conhecida como *Standard*, sustentada por intérpretes como Cross e Woosley (1964), White (1976) e Vegetti (2000).

Segundo os comentadores mencionados, apesar da ambiguidade semântica atribuível ao verbo ser, é necessário admitirmos o caráter eminentemente realista e ontológico desenvolvido por Platão no livro V da *República*, ou seja, o raciocínio elaborado pelo filósofo nos conduz a uma teoria dos dois mundos, na qual temos dois objetos que possuem realidades ontológicas distintas, e que produzem, por sua vez, uma distinção epistêmica entre conhecimento e opinião, de modo que o que é objeto de conhecimento não pode ser de opinião e o que é objeto de opinião não pode ser de conhecimento, fato que, em última instância, impossibilita essas duas instâncias onto-epistemológicas se relacionarem, já que são objetos distintos, situados em planos de existência diferentes.

Posto isso, Fronterotta (2014, p. 39-40), na sua interpretação existencial do verbo ser, sustenta que há três níveis existenciais de objetos de cognição: 1) o conhecimento que ocupa o vértice da hierarquia onto-epistemológica, visto o seu objeto ser o ser, isto é, os entes em si e imutáveis na sua própria condição; 2) a opinião que se encontra em posição intermediária, em virtude de opinar ser sobre um objeto diferente do ser e do não-ser, já que não é puramente o conhecimento do ser, nem é a privação absoluta de conhecimento, proporcionada pela ignorância e 3) a ignorância que ignora o que não é e, por isso, é ausência de todo e qualquer conhecimento e opinião, uma vez que o não-ser não é de modo nenhum.

Nesse sentido, como a relação entre as competências cognitivas e os seus conteúdos é objetual, não pode haver opinião sobre as formas nem conhecimento sobre as coisas que estão em constante mutação, pois a opinião coincidiria com a própria ciência e um mesmo objeto seria cognoscível e opinável. Por fim, em decorrência do não-ser ser concebido como o que não existe e, portanto, não podendo se constituir como objeto de conhecimento ou opinião, o “que não é” é excluído como um nível existencial, de modo que a hierarquia onto-epistemológica se resume em dois níveis existenciais, mas de maneiras distintas, a saber, o que é de modo absoluto (conhecimento) e o que é ser e não-ser (opinião).

Para Fronterotta (2014, p. 43-45), a interpretação de Fine (1999, p. 217-225) é responsável por retirar a dimensão ontológica como critério de diferença entre os objetos de conhecimento e os objetos de opinião, de modo a fundamentar tal diferença no tipo de proposição que as competências cognitivas produzem. Nessa perspectiva, o conhecimento científico sempre produz proposições verdadeiras, enquanto a *doxa* estabelece tanto proposições verdadeiras, quanto proposições falsas. De acordo com o comentador, caso levemos em consideração essa interpretação proposicional de *einai*, não faz mais sentido pensar na hierarquia onto-epistemológica existencial proposta pela interpretação *Standard* que separa competências cognitivas e seus respectivos objetos hierarquicamente. Isso porque, segundo o seu argumento, “(...) a opinião, quando verdadeira, revela-se constitutivamente idêntica ao conhecimento, a ele equivalente em valor e utilidade prática, mas sobretudo no que concerne a sua estrutura e utilidade prática” (*Ménon*, 98a-e; *Teeteto*, 199a-200e).

Posto isso, não é mais necessário fazer distinção, no plano ontológico, entre ideias inteligíveis e coisas sensíveis, na medida em que “(...) conhecimento e opinião terminam, se assim se pode dizer, por ‘entrecruzar-se’” (Fronterotta, 2014, p. 45), visto que a diferença não é mais entre objetos de conhecimento e objetos de opinião, mas entre a proposição que cada competência cognitiva pode produzir, o que, em última instância, representa uma recusa à teoria de *dois mundos diferentes* em Platão, o do ser e o do devir, tendo em vista que pode haver conhecimento sobre as realidades sensíveis e opiniões sobre ideias inteligíveis.

Entretanto, caso admitíssemos isso, como seria possível distinguir o filósofo, alguém dedicado ao conhecimento das ideias inteligíveis, do filodoxo, personagem histórico que é amante das coisas sensíveis e das opiniões sobre elas? Se, no

argumento sobre as “coisas que são e não são” (*R. V*, 476a1-479b10), o critério para distinguir ambos é o objeto que a competência cognitiva de cada um é capaz de visar, portanto, o filósofo e o filodexo, a partir da interpretação proposicional de Fine (1999, p. 217-225), seriam impossíveis de serem identificados, porque os últimos poderiam falar de algo que é absolutamente um determinado predicado, produzindo, assim, conhecimento, enquanto os primeiros poderiam emitir meras opiniões sobre as coisas sensíveis ao se referir a coisas que são e não são um determinado predicado.

Nessa perspectiva, segundo Fronterotta (2014, 49-50), aceitar uma leitura exclusivamente proposicional do que seria o conhecimento e a opinião significa romper com o próprio objetivo estabelecido entre os interlocutores, segundo o qual há objetos que só os filósofos conhecem e objetos que apenas são passíveis de opinião pelos filodoxos, colocando em risco todo esforço argumentativo de Platão, no livro V da *República*, de justificar as razões onto-epistemológicas de o filósofo ser o governante da cidade. Por essa razão, contra Fine (1999) e Ferrari (2000a, p. 365-391; 2000b, p. 393-419), o comentador (2014, 54-55) sustenta uma leitura existencial do verbo ser, pois compreende que o fato de um objeto possuir certa propriedade ou predicado não o faz necessariamente cognoscível, visto que a marca da sua cognoscibilidade ou incognoscibilidade é o seu estatuto dentro de uma hierarquia onto-epistemológica estrita. Ou seja, é necessário levar em consideração a relação das competências cognitivas com seus respectivos objetos, o que necessariamente implica, por um lado, objetos que só podem ser objetos de conhecimento (as ideias) e, por outro lado, objetos que só podem ser objetos de opinião (as coisas sensíveis). Segundo o comentador em questão (*ibidem*, p. 50):

(...) admissão de duas formas reciprocamente excludentes de conhecimento, que haja dois níveis separados de real: se tal distinção não subsiste no plano epistemológico do conhecimento e da opinião, com maior razão não fará sentido estabelecê-la no plano ontológico dos objetos de conhecimento e dos objetos de opinião.

Em síntese, segundo as análises de Fronterotta (2014, p. 62-70) sobre os passos (*R. V*, 476a1-479b10), não é pertinente excluirmos ou tratarmos o sentido do verbo grego ser como um aspecto semântico remoto que, conseqüentemente, não possui a mesma relevância que os sentidos predicativo e veritativo. O intérprete se coloca contra as posições de Fine (1999) e Ferrari (2014) porque, na sua concepção,

antes de predicarmos qualquer coisa, nós, enquanto falantes, temos a intenção de atestar a existência daquilo que é objeto de predicação. A título de exemplo, temos a frase “Sócrates é belo”: Sócrates, antes de ser belo, “(...) precisa antes de tudo *ser*, ou seja, existir e viver, *estar ali* [esserci], no sentido de *ser presente*, de *se dar realmente* (*ibidem*, p. 64). Por essa razão, o intérprete não aceita que, ao distinguir os objetos do conhecimento dos objetos de opinião (*R. V*, 476a1-479b10), o sentido existencial do verbo ser seja secundarizado e derivado de um sentido mais originário que seria àquele do operador lógico, manifesto nos mais diversos tipos de predicação. Em outros termos, se o sujeito sequer subsistisse, não poderíamos predicar coisa alguma.

Diante das divergências apontadas entre os intérpretes em relação aos sentidos do verbo grego ser, Kahn (2018, p. 119-120) sustenta uma posição que congrega as reivindicações de todos. Segundo ele, existem três funções semânticas de *einai* que não podem ser excluídas nos diálogos de Platão: 1) “existencial, para asserções do sujeito, afirmando que *S é*”; 2) “instanciação, para asserções do predicado, afirmando que *S é* ou *ocorre*”; 3) “verídica, afirmar a sentença inteira, isto é, afirmar que é o caso que *S é P* (ou que é verdadeiro *que S é P*)”. Em consonância com a perspectiva de Kahn (2018), que leva em consideração os sentidos existencial, predicativo e veritativo de *einai*, Gonzalez (2014, p. 85-86, grifo do autor) ainda é mais enfático ao afirmar que “(...) não podemos extrair sentido do texto de Platão a menos que possamos mostrar como os três sentidos de ‘é’ que nós distinguimos podem, em Platão, ter *um único sentido*”. Ou seja, para os comentadores mencionados não podemos isolar um dos sentidos do verbo grego ser, visto que precisamos concebê-los unificadamente para interpretarmos mais adequadamente a teoria platônica.

Posto isso, como nos evidencia Kahn (2018, p.148-154) e Santos (2011, p. 128-132), antes do *Sofista* não se encontra estabelecido por teóricos que sucederam Platão e nem no imaginário do povo grego uma clara distinção dos usos do verbo ser, de modo que os falantes soubessem que nuance semântica (existencial, predicativa ou veritativa) estavam fazendo do verbo em seus discursos. Dessa forma, não defendemos que um desses sentidos seja mais originário e que, portanto, um antecedeu o outro lógica ou cronologicamente. Desse modo, sustentamos que, no contexto da *República V*, não há predominância de uma nuance semântica em detrimento de outra, mas que os três sentidos de *einai* ocorrem. No entanto, como já

aludimos, a estrutura proposicional somente é estabelecido por Platão, pela primeira vez na história do mundo Ocidental, no *Sofista* (260-262e), diálogo mais tardio que a *República*, o que, em última instância, significa dizer que nos diálogos médios não há uma teoria da predicatividade sistematizada, apesar de haver usos do sentido predicativo de *einai*, o que acarreta, para teoria das ideias de Platão, dificuldades para explicar o que medeia a participação das coisas sensíveis nas formas inteligíveis, em outros termos, o que expressa verbalmente a relação entre esses dois âmbitos da realidade.

O nosso intuito em abordar as mais diversas interpretações do sentido do verbo grego ser no argumento das “coisas que são e não” (R. V476a1-479b10) foi evidenciar que todas as compreensões de *einai* aqui expostas possuem um ponto em comum: apontam para uma teoria dos dois mundos que separa a realidade entre as dimensões do inteligível e do sensível, sem que nos fique totalmente claro como se dá a relação entre ambos. Em outros termos, o que as interpretações do verbo grego ser aqui expostas propõem-nos é uma realidade dividida: ou entre objetos de conhecimento e objetos de opinião, ou entre coisas que são absolutamente um predicado e coisas que são e não um determinado predicado ou, na melhor das hipóteses, uma teoria que congregue os sentidos existencial e predicativo de *einai*.

Por isso, defendemos que a dedução dos sumos gêneros (*Sofista*, 254d-259e) e a reformulação do sentido da negativa (*Sofista*, 257b-c) estabelecem outro modo de participação tanto entre as coisas sensíveis e as formas inteligíveis, bem como somente entre as formas. Essa nova maneira de conceber a participação, a partir da qual nem toda relação é uma relação entre contrários e em que as coisas podem participar umas das outras sem perder suas identidades, Platão pôde estabelecer um paralelismo entre participação e predicação, entendendo esta como a expressão verbal e a possibilidade de comunicação a outras pessoas da participação, sejam entre as formas inteligíveis, sejam entre as coisas sensíveis e as formas. Dessa maneira, com a possibilidade do estabelecimento do paralelismo entre participação e predicação é possível esta ser uma mediação entre o inteligível e o sensível, visto ser a dimensão da realidade em que os seres humanos podem expressar verbalmente a relação de ambos.

Conclusão

Vejamos como Fronterotta (2014, p. 59) relaciona as coisas sensíveis com as formas inteligíveis nos âmbitos ontológico, epistemológico e lógico-linguístico, de modo a dar mais sustentabilidade a nossa tese:

(...) tanto à teoria dos dois mundos (com a conseqüente, e temida, separação entre opinião e conhecimento), quanto à separação ontológica, que implica uma hierarquia epistemológica à qual corresponde, por fim, uma análoga divisão do ponto de vista lógico-linguístico, a doutrina da participação opõe a hipótese segundo a qual, não obstante sua irreduzível diversidade, os termos separados possam de algum modo entrar em relação, tanto no plano ontológico – através do qual as coisas sensíveis participam das ideias, obtendo suas propriedades e a sua própria essência – quanto no plano epistemológico – porque o conhecimento (“doxástico”) do sensível e de suas propriedades remete ao conhecimento científico das ideias que são causa do sensível e de suas propriedades – quanto, enfim, no plano lógico-linguístico – porque as ideias, à medida que conferem ao sensível as suas propriedades, são predicados do sensível.

Diante disso, não é possível investigar as coisas sensíveis enquanto tais, ou seja, em si e em relação a si mesmas, mas somente na *methexis* (participação) com as formas inteligíveis, pois são estas que conferem propriedades à multiplicidade dos particulares, isto é, são as ideias que são a causa da definição das coisas sensíveis. É por essa razão que, na estrutura proposicional, a forma inteligível é representada na posição predicativa, pois é ela que definirá as propriedades da coisa sensível, que sofre a predicação em virtude de ocupar a posição de sujeito do sensível. A opinião, portanto, sobre algo sensível, só pode ser extraída caso levemos em consideração a forma a qual este algo participa e, dessa maneira, também tenhamos ciência da forma que lhe define.

Nesse caso, a relação da *República* com o *Sofista* precisa ser estabelecida porque, tal como as formas da *República* (ex: o justo e o injusto; o belo e o feio), movimento e repouso são contrários excludentes. Mas há problemas sutis que precisam ser mais bem esclarecidos. O movimento e o repouso participam do ser no contexto do *Sofista*, mas o ser não participa de nenhum deles, na medida em que nem movimento nem repouso dizem respeito à definição ou podem estabelecer as propriedades da natureza do ser. Semelhantemente, podemos pensar isso na participação das coisas particulares nas formas inteligíveis pois, quando dizemos que

o corpo de Maria participa da beleza, a beleza não participa do corpo de Maria, e do mesmo modo, quando falamos que coisas móveis participam ou do movimento, ou do repouso, movimento e repouso não podem participar das coisas móveis. Isso porque os sensíveis não podem definir e nem dizer o que são as ideias. Como algo que é e não é poderia ser o predicado do que é?

Mas as ideias que são os conteúdos do conhecimento e que, portanto, podem ser absolutamente conhecidas, podem ser também captadas quando há uma participação da multiplicidade das coisas sensíveis nas formas inteligíveis, possibilitando, assim, que nós conheçamos a definição desses particulares. Desse modo, apesar de haver uma diferença ontológica constitutiva entre ambos, tornando inviável o modelo universal das formas ser reproduzido na realidade das coisas sensíveis, só podemos de alguma maneira conhecer as coisas concretas do mundo prático, da natureza e da história, através da participação dos sensíveis nos inteligíveis, na medida em que somente estes últimos são objetos do conhecimento.

Por essa razão, mesmo levando em consideração que a realidade constantemente mutável das coisas particulares impossibilita que as formas se realizem absolutamente no devir, só podemos dizer algo a respeito deste a partir da sua participação nas ideias, pois se levássemos em consideração somente as coisas sensíveis, sem a participação no inteligível, só emitiríamos opiniões sobre elas. É por isso que as formas inteligíveis não participam das coisas sensíveis, pois o que está em constante transformação não pode servir como modelo universal para definir as propriedades e, participando em formas opostas, determinar o que uma ideia é. Porém, o contrário é possível, pois as formas inteligíveis podem servir de parâmetro para as ações humanas e o mundo concreto da política, de modo a ficar sob responsabilidade do filósofo, conhecedor das ideias, determinar com que ideias os particulares estabelecem participação. Nessa perspectiva, nas palavras de Fronterotta (2014, p. 60), "(...) as ideias estão de algum modo presentes no âmbito sensível, por outro, é impossível que as coisas sensíveis estejam presentes no âmbito inteligível (...) o que evidentemente representa uma restrição que protege a perfeição das ideias". É em função disso que a participação é reconfigurada no *Sofista*, com o intuito de resolver o problema da participação das coisas sensíveis nas formas inteligíveis.

Com a reformulação do sentido da negativa (*Sofista*, 258b-260b), tanto a verdade deixa de ser uma propriedade constitutiva das ideias, bem como a falsidade não é mais concebida como idêntica ao não-ser. Platão inaugura uma nova concepção de investigação da realidade que se difere daquela que abordamos a partir da *República V*, 476a5-479e1, na medida em que verdade e falsidade são entendidas agora como qualidades que somente podem ser averiguadas num discurso predicativo (*Sofista*, 263d). Isso ocorre em virtude de o ser e o não-ser passarem a se relacionar no momento em que a negativa ganha conotação de diferença, já que, assim, o não-ser deixa de ser o contrário do ser, não sendo mais compreendido como o inexistente à maneira parmenídica.

Essa reformulação obrigou, por um lado, o gênero do ser participar do não-ser para se distinguir dos demais gêneros; e o não-ser participar do ser a fim de que a diferença seja de algum modo na realidade. Dessa maneira, a verdade e a falsidade passaram a ser compreendidas de maneira proposicional, isto é, para serem atestadas é preciso que levemos em consideração se o enunciado participa do ser (verdadeiro) ou do não-ser (falso). No entanto, para que estas participações sejam observadas, o filósofo precisa estar atento à expressão verbal da participação, nomeadamente a predicação dos nomes – que pode ser ou entre as formas ou entre as coisas sensíveis e as ideias inteligíveis.

Nesse caso, os amantes do saber precisam observar se o predicado, que pode representar uma ideia, realmente, corresponde com o sujeito – que tanto pode identificar uma forma inteligível, bem como uma coisa sensível. Havendo correspondência temos um enunciado verdadeiro e que participa do ser; caso contrário, não ocorrendo correspondência entre predicado e sujeito, temos um enunciado falso que, conseqüentemente, participa do não-ser. Com efeito, o diferencial, aqui, está no fato de a falsidade não ser mais concebida como inexistência, mas como aquilo que se difere do verdadeiro e que, participando do ser, existe de alguma forma na realidade.

Todavia, não estamos, com isso, subordinando a participação das formas inteligíveis ou das coisas particulares entre as ideias ao âmbito da predicação dos nomes, nem estamos afirmando que a participação para ocorrer dependa de um interlocutor que enuncie um discurso predicativo. Nessa perspectiva, aceitamos que a participação ocorre independente disso. Afinal de contas, não é preciso que alguém

diga que a justiça é bela para o justo estabelecer participação com a beleza. Estamos tão somente assinalando a importância da predicação dos nomes para teoria das ideias de Platão no *Sofista* como uma mediação entre o inteligível e o sensível, na medida em que permite ao filósofo, por um lado, expressar verbalmente a participação entre esses âmbitos a outras pessoas, bem como é sua ferramenta para avaliar se a participação enunciada por ele ou por outrem, entre as coisas particulares e as formas inteligíveis, está sendo expressa verdadeira ou falsamente. Por isso, chamamos a predicação dos nomes de mediação, pois ela auxilia a conferirmos a verdade ou a falsidade dum pensamento que se dirige para as realidades concretas da existência humana, como, por exemplo, os comportamentos sociais e as relações políticas que, ao serem pensadas se são justas ou injustas, impele-nos a fazer uso do recurso da predicação dos nomes para sabermos se o que predicamos, de fato, expressa a relação dessas realidades concretas com as formas inteligíveis.

Referências

BRANN, Eva. **The Music of the Republic**: essays socrates' conversations and plato's writings. Paul Dry Books: Philadelphia, 2004.

BROWN, Lesley. Negation and not-being: Dark Matter in the Sophist, *In*: PATERSON, R.; KARASMIS, V.; HERMANN, A. (Orgs.). **Presocratics and Plato**: A Festschrift in honour of Charles Kahn. Las Vegas: Parmenides Publishing, 2013, p. 233-254.

BROWN, Lesley. The *Sophist* on Statements: Predication and Falsehood. *In*: FINE, G. (Org.). **The Oxford Handbook of Plato**. Oxford: Oxford University Press, 2008, 437-262.

CORDERO, Néstor Luis. **Sendo, se é**: a tese de Parmênides. Tradução de Eduardo Wolf. São Paulo: Odysseus Editora, 2011.

CORNFORD, F.M. **Plato's theory of knowledge**: the *Theetetus* and the *Sophist* of Plato. London: Routledge and Kegan Paul, 1935.

CROSS, R.C; WOZLEY, A.D. **Plato's Republic**: A Philosophical Commentary. London: Macmillan, 1964.

DINUCCI, Aldo Lopes. Análise das Três Teses do Tratado do Não-Ser de Górgias de Leontinos. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 24, p. 5-22, 2008.

FERRARI, Franco. Conhecimento filosófico e opinião política no livro V da República de Platão. *In*: ARAÚJO, Carolina (Org.). **Verdade e espetáculo e a questão do ser**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

FERRARI, Franco. Conoscenza e opinione: il filosofo e La città. *In*: VEGGETTI, Mário (Org.). **La Repubblica, V**. Napoles: Bibliopolis, 2000a.

FERRARI, Franco. Teoria delle idee e ontologia. *In*: VEGGETTI, Mário (Org.). **La Repubblica, V**. Napoles: Bibliopolis, 2000b.

FINE, Gail. **Plato I: Metaphysics and Epistemology**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FREDE, Michael. O sofista de Platão sobre falsos enunciados, *In*: KRAUT, Richard (Org.). **Platão**. São Paulo: Ideias e Letras, 2013. p. 469-500.

FRONTEROTTA, Francesco. Os sentidos do verbo ser no livro V da *República* e a sua “função” epistemológica na distinção entre conhecimento e opinião. *In*: ARAÚJO, Carolina (Org.). **Verdade e espetáculo e a questão do ser**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

GOLDSCHMIDT, Victor. **Os diálogos de Platão: estrutura e método dialético**. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GONZALEZ, Francisco. De volta ao conhecimento e à opinião em *República V* sem Gail Fine. *In*: ARAÚJO, Carolina (Org.). **Verdade e espetáculo e a questão do ser**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

GÓRGIAS. Paráfrase do MXG do Tratado do Não-Ser de Górgias de Leontinos. Apresentação e tradução do grego de Aldo Dinucci. **TRANS/FORM/AÇÃO**, São Paulo, v.31, n.1, p. 197-2003, 2008.

GÓRGIAS. **Testemunhos e Fragmentos**. Tradução portuguesa de Manuel Barbosa e Inês de Ornellas e Castro. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

KAHN, Charles. **Platão e o diálogo pós-socrático: o retorno à filosofia da natureza**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: Edipro, 2015.

MARQUES, Marcelo Pimenta. **Platão, pensador da diferença: uma leitura do Sofista**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MONTENEGRO, M.A.P. Górgias e o despertar do sono eleático de Platão. *In*: AZEVEDO, C; BITTENCOURT, A; COSTA, A; MORAES, F. (Orgs.). **Poder, persuasão e produção de verdade: a ação dos sofistas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2018.

PARMÊNIDES. **Da natureza**. Tradução, notas e comentários José Trindade Santos. São Paulo: Edições Loyola, 2013

PLATÃO. **Fédon**. Tradução e notas de M.T.S. Azevedo. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.

PLATÃO. **Ménon**. Tradução de Maura Iglesias. Rio de Janeiro: Loyola, 2012.

PLATÃO. **Parmênides**. Tradução de Maura Iglesias. Rio de Janeiro: Loyola, 2013.

PLATÃO. **República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PLATÃO. **Sofista**. Tradução portuguesa de H. Murachco, J. Maia Junior, J. G. T. SANTOS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

PLATÃO. **Teeteto**. Tradução de Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

ROGUE, Christophe. **Compreender Platão**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2011.

RYLE, Gilbert. Letters and Syllables in Plato. **The Philosophical Review**, Carolina do Norte, v. 69. n. 4, p. 431-451, 1960.

SANTOS, J.G.T. Linguagem. *In*: CORNELLI, G; LOPES, R (Orgs.). **Platão**. São Paulo: Paulus, 2018.

SANTOS, J.G.T. O argumento sobre “as coisas que são e não são”: *R. V 476a1-479b10*. **Prometheus**, Aracaju, v. 11, n. 32, 2020.

SANTOS, J.G.T. **Platão: A construção do conhecimento**. São Paulo: Paulus, 2012.

SANTOS, J.G.T. Prefácio. *In*: MURACHCO, H; MAIA JUNIOR, J; SANTOS, J.G.T. (Orgs.). **Sofista**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

SAYRE, Kenneth. Falsehood, Forms and Participation in the *Sophist*. **Nous**, v. 4, n. 1, p. 81-91, 1970.

SOUZA, Eliane Christina de. **Discurso e ontologia em Platão: um estudo sobre o sofista**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

VEGETTI, Mario. **Platone: La Repubblica**, libro V. Napoli: Bibliopolis, 2000.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2016.

WHITE, N.P. **A companion to Plato's Republic**. Indianapolis: Hackett, 1976.

Recebido em: 01.05.2022.
Aprovado em: 22.05.2022.

Received: 01.05.2022.
Approved: 22.05.2022.